

Paulo Lôbo

# Direito Civil

*Parte Geral*

volume 1

8ª edição

2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-53605-14-9

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

Lôbo, Paulo

Direito civil : volume 1 : parte geral / Paulo Lôbo. – 8.  
ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Direito civil - Brasil I. Título.

**SAC** | 0800-0117875  
 De 2ª a 6ª, das 8h às 18h  
[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

18-1534

CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

<b>Diretoria executiva</b>	Flávia Alves Bravin
<b>Diretoria editorial</b>	Renata Pascual Müller
<b>Gerência editorial</b>	Roberto Navarro
<b>Consultoria acadêmica</b>	Murilo Angeli Dias dos Santos
<b>Edição</b>	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Daniel Pavani Naveira
<b>Produção editorial</b>	Ana Cristina Garcia (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa Rosana Peroni Fazolari
<b>Arte e digital</b>	Mônica Landi (coord.) Claudirene de Moura Santos Silva Fernanda Matajs Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa Verônica Pivisan Reis
<b>Planejamento e processos</b>	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Juliana Bojczuk Fermino Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Fernando Penteado Mônica Gonçalves Dias Tatiana dos Santos Romão
<b>Novos projetos</b>	Fernando Alves
<b>Diagramação</b>	Designios Editoriais
<b>Revisão</b>	Caio Cobucci Leite Silvana Cobucci
<b>Capa</b>	Casa de Ideias / Daniel Rampazzo
<b>Produção gráfica</b>	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
<b>Impressão e acabamento</b>	Gráfica Paym

**Data de fechamento da edição: 15-10-2018**Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605391 CAE 630775

1112301

# SUMÁRIO

---

Nota de abreviações . . . . .	7
Apresentação . . . . .	15
<b>CAPÍTULO I</b>	
Conteúdo do Direito Civil Contemporâneo . . . . .	17
1.1. Conceito e Dimensão do Direito Civil . . . . .	17
1.2. Matérias que Integram o Direito Civil Brasileiro Atual . . . . .	18
1.3. O Direito Civil no Contexto do Direito Privado . . . . .	21
1.4. A Função da Codificação Civil . . . . .	26
1.5. O Direito Civil Brasileiro no Sistema Jurídico Romano-Germânico . . . . .	30
1.6. O Direito Civil em Outros Grandes Sistemas Jurídicos . . . . .	32
1.7. Breve Evolução Histórica do Direito Civil Brasileiro . . . . .	34
1.8. Origem e Função da Parte Geral . . . . .	43
1.9. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) . . . . .	45
1.10. O Direito Civil no Processo de Integração Latino-Americano . . . . .	47
<b>CAPÍTULO II</b>	
Constitucionalização do Direito Civil . . . . .	51
2.1. Delineamentos da Constitucionalização do Direito Civil . . . . .	51
2.2. Origens e Desenvolvimento do Tema no Direito Brasileiro . . . . .	55
2.3. Críticas à Constitucionalização do Direito Civil . . . . .	58
2.4. O Direito Civil no Estado Social . . . . .	60
2.5. Tradição Patrimonialista do Direito Civil e as Tendências de Repersonalização . . . . .	63
2.6. Força Normativa da Constituição nas Relações Cíveis . . . . .	66
2.7. Constitucionalização dos Principais Institutos de Direito Civil . . . . .	67
2.8. A Imprescindibilidade da Constitucionalização do Direito Civil . . . . .	70
<b>CAPÍTULO III</b>	
Princípios do Direito Civil . . . . .	72

3.1.	Princípios Jurídicos . . . . .	72
3.2.	Aplicabilidade Direta dos Princípios Constitucionais ao Direito Civil. . . . .	78
3.3.	Princípio da Dignidade da Pessoa Humana . . . . .	82
3.4.	Princípio da Solidariedade. . . . .	84
3.5.	Princípio da Igualdade. . . . .	88
3.6.	Princípio da Liberdade . . . . .	92
3.7.	Princípio da Autonomia Privada . . . . .	94
3.8.	Princípio da Função Social . . . . .	96
3.9.	Princípio da Boa-Fé. . . . .	98

## CAPÍTULO IV

	<b>Pessoa Física e Outros Sujeitos de Direito . . . . .</b>	<b>100</b>
4.1.	Conceito de Pessoa . . . . .	100
4.2.	Sujeito de Direito e Entes Não Personalizados. . . . .	104
4.3.	Nascituro. . . . .	106
4.4.	Tempo da Pessoa Física: Início e Término . . . . .	111
4.5.	Registro Civil da Pessoa Física. . . . .	115
4.6.	Nome da Pessoa Física . . . . .	120
4.7.	Capacidade Civil . . . . .	124
4.8.	Capacidade Jurídica da Pessoa com Deficiência. . . . .	125
4.9.	Capacidade de Exercício . . . . .	129
4.10.	Absolutamente Incapaz . . . . .	131
4.11.	Relativamente Incapazes . . . . .	132
4.12.	Maioridade . . . . .	135
4.13.	Emancipação. . . . .	136
4.14.	Outros Modos de Cessação da Incapacidade Civil . . . . .	138
4.15.	Lugar das Pessoas Físicas: Domicílio e Residência. . . . .	139
4.16.	Ausência . . . . .	142

## CAPÍTULO V

	<b>Direitos da Personalidade . . . . .</b>	<b>147</b>
5.1.	Reconhecimento dos Direitos da Personalidade. . . . .	147
5.2.	Características Essenciais dos Direitos da Personalidade . . . . .	149
5.3.	Direito Geral da Personalidade e a Tipicidade Aberta . . . . .	152
5.4.	Tipos Mais Gerais de Direitos da Personalidade . . . . .	154
	Direito � vida . . . . .	155
	Direito geral � liberdade . . . . .	156
	Direito à integridade física e psíquica . . . . .	157
	Direito à privacidade. . . . .	159
	Direito à intimidade e � vida privada. . . . .	160

Direito ao sigilo. . . . .	164
Direito à imagem . . . . .	165
Dados pessoais . . . . .	167
Liberdade de expressão e direito de resposta . . . . .	170
Direito ao esquecimento . . . . .	172
Direito à honra . . . . .	175
Direito ao nome ou à identidade pessoal . . . . .	176
5.5. Tipos Constitucionais dos Direitos da Personalidade . . . . .	178
5.6. Autolimitação ou Disponibilidade dos Direitos da Personalidade . . . . .	179
5.7. Direitos da Personalidade da Pessoa Jurídica . . . . .	184

## CAPÍTULO VI

<b>Pessoa Jurídica. . . . .</b>	<b>186</b>
6.1. Conceito e Abrangência da Pessoa Jurídica . . . . .	186
6.2. Funções e Teorias sobre a Pessoa Jurídica . . . . .	191
6.3. Elementos da Pessoa Jurídica . . . . .	194
6.4. Atos Constitutivos e Efeitos do Registro da Pessoa Jurídica. . . . .	195
6.5. Órgãos da Pessoa Jurídica . . . . .	197
6.6. Desconsideração da Personalidade Jurídica . . . . .	198
6.7. Entidades Não Personificadas . . . . .	203
6.8. Associações Cívicas. . . . .	206
Direito de ser associado. . . . .	208
Categorias de associados . . . . .	208
Direitos e deveres dos associados entre si e em face da associação . . . . .	209
Igualdade de direitos dos associados . . . . .	212
Direito à restituição das contribuições patrimoniais . . . . .	214
Direito à quota do patrimônio da associação. . . . .	215
Desligamento e exclusão de associado. . . . .	215
Órgãos da associação. . . . .	216
Extinção da associação . . . . .	217
6.9. Fundações de Direito Privado . . . . .	218
6.10. Organizações Religiosas . . . . .	222
6.11. Extinção das Pessoas Jurídicas de Direito Privado . . . . .	224
6.12. Domicílio das Pessoas Jurídicas de Direito Privado. . . . .	225

## CAPÍTULO VII

<b>Bens e Coisas. . . . .</b>	<b>226</b>
7.1. Conceito de Bens e Coisas. . . . .	226
7.2. Patrimônio . . . . .	230
7.3. Bens Imóveis . . . . .	231

7.4.	Bens Móveis . . . . .	234
7.5.	Bens Fungíveis. . . . .	237
7.6.	Bens Consumíveis. . . . .	238
7.7.	Bens Divisíveis. . . . .	239
7.8.	Bens Singulares e Coletivos. . . . .	240
7.9.	Bens Principais e Acessórios . . . . .	241
7.10.	Pertenças . . . . .	243
7.11.	Benfeitorias . . . . .	244
7.12.	Bens Públicos . . . . .	246

## CAPÍTULO VIII

Fatos Jurídicos Cíveis . . . . .	249	
8.1.	Conceito de Fato Jurídico . . . . .	249
8.2.	Do Suporte Fático ao Fato Jurídico . . . . .	250
8.3.	Planos do Mundo do Direito. . . . .	254
8.4.	Classificação dos Fatos Jurídicos . . . . .	258
8.5.	Fatos Jurídicos em Sentido Estrito. . . . .	259
8.6.	Atos-Fatos Jurídicos. . . . .	261
8.7.	Atos Jurídicos em Sentido Amplo . . . . .	263
8.8.	Atos Jurídicos Lícitos. . . . .	265

## CAPÍTULO IX

Negócio Jurídico . . . . .	268	
9.1.	Conceito e Elementos do Negócio Jurídico . . . . .	268
9.2.	Negócios Jurídicos Unilaterais, Bilaterais e Plurilaterais . . . . .	272
9.3.	Outras Espécies de Negócios Jurídicos . . . . .	274
9.4.	Requisitos de Validade do Negócio Jurídico . . . . .	276
	Capacidade do agente . . . . .	277
	Licitude, possibilidade e determinação do objeto . . . . .	277
	Forma. . . . .	279
9.5.	Exteriorização da Vontade e Interpretação do Negócio Jurídico . . . . .	280
9.6.	Representação . . . . .	284
	Representação legal. . . . .	288
	Representação convencional . . . . .	289
	Representante . . . . .	291
9.7.	Condição no Negócio Jurídico . . . . .	293
9.8.	Termo e Prazo do Negócio Jurídico. . . . .	296
9.9.	Encargo no Negócio Jurídico . . . . .	299

<b>CAPÍTULO X</b>	
<b>Defeitos dos Negócios Jurídicos. . . . .</b>	<b>301</b>
10.1. Espécies de Defeitos . . . . .	301
10.2. Erro Substancial . . . . .	302
10.3. Dolo . . . . .	306
10.4. Coação . . . . .	309
10.5. Lesão . . . . .	312
10.6. Estado de Perigo . . . . .	316
10.7. Fraude Contra Credores . . . . .	317
<b>CAPÍTULO XI</b>	
<b>Invalidez dos Negócios Jurídicos. . . . .</b>	<b>323</b>
11.1. Plano da Invalidez. . . . .	323
11.2. Características Convergentes e Divergentes da Nulidade e da Anulabilidade . . . . .	325
11.3. Hipóteses de Nulidade . . . . .	328
11.4. Simulação . . . . .	333
11.5. Conversão do Negócio Jurídico Nulo . . . . .	336
11.6. Anulabilidade . . . . .	339
11.7. Prazos de Decadência para a Anulabilidade. . . . .	341
11.8. Conservação do Negócio Jurídico Inválido . . . . .	342
<b>CAPÍTULO XII</b>	
<b>Ilícitos Cíveis . . . . .</b>	<b>345</b>
12.1. Ilícitos Cíveis em Geral. . . . .	345
12.2. Sanções ou Penas Cíveis . . . . .	347
12.3. Espécies de Ilícitos Cíveis . . . . .	349
12.4. Ato Ilícito . . . . .	351
12.5. Contrariedade a Direito. . . . .	352
12.6. Imputabilidade Civil . . . . .	353
12.7. A Culpa Como Requisito do Ato Ilícito . . . . .	354
12.8. Pré-Exclusão de Ilícitude . . . . .	356
12.9. Abuso do Direito. . . . .	359
<b>CAPÍTULO XIII</b>	
<b>Prescrição e Decadência . . . . .</b>	<b>364</b>
13.1. O Tempo e o Exercício do Direito. . . . .	364
13.2. Prescrição . . . . .	367
13.3. Interrupção e Suspensão da Prescrição. . . . .	372

13.4. Prazos da Prescrição .....	377
13.5. Decadência .....	381
<b>CAPÍTULO XIV</b>	
Prova dos Fatos Jurídicos Cíveis .....	385
14.1. Conteúdo e Espécies .....	385
14.2. Confissão .....	388
14.3. Documento .....	390
14.4. Escritura Pública .....	395
14.5. Documento Eletrônico .....	397
14.6. Testemunho .....	398
14.7. Perícia .....	402
Bibliografia .....	405

Paulo Lôbo

# Direito Civil

*Obrigações*

volume 2

8ª edição

2020

saraiva  jur



**saraiva**  
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

**SAC**

sac.sets@somoseducacao.com.br

**DAOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057**

Lôbo, Paulo

Direito civil : volume 2 : obrigações / Paulo Lôbo. – 8. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020. 392 p.

Bibliografia  
ISBN 978-85-536-1315-1 (impresso)

1. Direito civil - Brasil 2. Obrigações (Direito) - Brasil I. Título.

19-1610

CDU 347.4 (81)

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Obrigações : Direito civil 347.4 (81)

<b>Direção executiva</b>	Flávia Alves Bravin
<b>Direção editorial</b>	Renata Pascual Müller
<b>Gerência editorial</b>	Roberto Navarro
<b>Gerência de produção e planejamento</b>	Ana Paula Santos Matos
<b>Gerência de projetos e serviços editoriais</b>	Fernando Penteado
<b>Consultoria acadêmica</b>	Murilo Angeli Dias dos Santos
<b>Planejamento</b>	Clarissa Boraschi Maria (coord.)
<b>Noves projetos</b>	Melissa Rodríguez Arnal da Silva Leite
<b>Edição</b>	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Daniel Pavani Naveira Estevão Bula Gonçalves

**Produção editorial** Fernanda Matajs (coord.)  
Luciana Cordeiro Shirakawa

**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
Amanda Mota Loyola  
Camilla Felix Cianelli Chaves  
Claudirene de Moura Santos Silva  
Deborah Mattos  
Guilherme H. M. Salvador  
Tiago Dela Rosa

**Projetos e serviços editoriais** Juliana Bojczuk Fermino  
Kelli Priscila Pinto  
Marília Cordeiro  
Mônica Gonçalves Dias

**Diagramação** Fabricando Ideias Design Editorial  
**Revisão** PBA Preparação e Revisão de Textos  
**Capa** Casa de Ideias / Daniel Rampazzo

**Produção gráfica** Marli Rampim  
Sergio Luiz Pereira Lopes

**Impressão e acabamento** Gráfica Paym

**Data de fechamento da edição: 12-10-2019**

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605971 CAE 704940

# SUMÁRIO

---

Apresentação. ....	13
<b>CAPÍTULO I</b>	
Obrigações em Geral .....	15
1.1. Direito das Obrigações .....	15
1.2. Conceito e Pressupostos das Obrigações .....	20
1.3. Distinção entre Dívida e Obrigação .....	22
1.4. Execução Forçada .....	23
1.5. Dívida e Responsabilidade. ....	25
1.6. O Papel da Causa nas Obrigações .....	29
1.7. Obrigações de Meio e Obrigações de Resultado .....	30
<b>CAPÍTULO II</b>	
Constitucionalização do Direito das Obrigações. ....	36
2.1. A Constitucionalização das Obrigações. ....	36
2.2. As Etapas do Constitucionalismo e a Evolução Contemporânea do Direito das Obrigações .....	38
2.3. Inserção do Direito das Obrigações no Estado Social .....	39
2.4. Repersonalização do Direito das Obrigações. ....	40
2.5. Fundamentos Constitucionais do Contrato. ....	42
2.6. Fundamentos Constitucionais da Responsabilidade por Danos. ....	46
<b>CAPÍTULO III</b>	
Fontes das Obrigações .....	49
3.1. Classificação das Fontes .....	49
3.1.1. A antiga classificação quadripartida das fontes .....	52
3.1.2. A classificação das obrigações adotada pelo Código Civil brasileiro .....	54
3.2. Nossa Posição .....	56

**CAPÍTULO IV**

<b>Relação Jurídica Obrigacional</b> . . . . .	<b>59</b>
4.1. Relação Jurídica Pessoal e Relativa . . . . .	59
4.2. Distinção com a Relação Jurídica Vinculada a Direitos Absolutos. . . . .	63
4.3. Inexistência de Eficácia Real das Obrigações no Direito Brasileiro . . . . .	64
4.4. Repercussão da Relação Jurídica Obrigacional em Interesses de Terceiros . . . . .	66
4.5. Tutela Externa do Crédito . . . . .	67
4.6. A Relação Obrigacional como Processo . . . . .	70

**CAPÍTULO V**

<b>Prestação</b> . . . . .	<b>73</b>
5.1. A Prestação como Objeto da Obrigação . . . . .	73
5.2. Direito à Prestação ou Direito de Crédito . . . . .	74
5.3. Licidade da Prestação . . . . .	75
5.4. Determinação da Prestação . . . . .	76
5.5. Possibilidade e Impossibilidade da Prestação. Superendividamento. . . . .	78
5.6. Prestações Instantâneas e Duradouras . . . . .	82
5.7. Imputação de Responsabilidade . . . . .	83

**CAPÍTULO VI**

<b>Deveres Gerais de Conduta</b> . . . . .	<b>84</b>
6.1. Deveres Anexos à Prestação e Deveres Gerais de Conduta . . . . .	84
6.2. Dever de Boa-Fé Objetiva nas Obrigações . . . . .	88
6.2.1. Deveres pré e pós-contratuais . . . . .	91
6.2.2. Dever de não agir contra os atos próprios . . . . .	96
6.3. Dever de Realizar a Função Social . . . . .	98
6.4. Dever de Equivalência Material das Prestações . . . . .	101
6.5. Dever de Equidade . . . . .	102
6.6. Dever de Informar . . . . .	104
6.7. Dever de Cooperação . . . . .	109

**CAPÍTULO VII**

<b>Obrigações Naturais, ou Obrigações Decorrentes de Direitos sem Pretensão</b> . . . . .	<b>113</b>
7.1. Direitos sem Pretensão . . . . .	113
7.2. Dívidas Prescritas . . . . .	115
7.3. Obrigações Judicialmente Inexigíveis . . . . .	116
7.4. Dívidas de Jogo e de Aposta . . . . .	117

<b>CAPÍTULO VIII</b>	
Obrigações de Fazer e de Não Fazer . . . . .	119
8.1. Primazia das Obrigações de Fazer . . . . .	119
8.2. Obrigações de Fazer . . . . .	120
8.2.1. Adimplemento da obrigação de fazer . . . . .	121
8.2.2. Impossibilidade superveniente da obrigação de fazer . . . . .	124
8.3. Obrigações de Não Fazer . . . . .	125
8.3.1. Inadimplemento da obrigação de não fazer . . . . .	126
8.3.2. Impossibilidade superveniente da obrigação de não fazer . . . . .	127
<b>CAPÍTULO IX</b>	
Obrigações de Dar . . . . .	129
9.1. Obrigações de Dar . . . . .	129
9.2. Obrigações de Dar Coisa Certa . . . . .	130
9.2.1. Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa . . . . .	131
9.2.2. Direito às benfeitorias e melhoramentos . . . . .	132
9.3. Obrigação de Restituir . . . . .	132
9.4. Obrigação de Dar Coisa Futura . . . . .	134
9.5. Obrigações de Dar Coisa Incerta . . . . .	136
9.5.1. Impossibilidade superveniente da obrigação de dar coisa incerta . . . . .	138
<b>CAPÍTULO X</b>	
Obrigações Alternativas . . . . .	140
10.1. Obrigações Alternativas e o Direito de Escolha . . . . .	140
10.1.1. Titular do direito de escolha das prestações alternativas . . . . .	142
10.2. Impossibilidade da Prestação Alternativa . . . . .	143
10.3. Obrigações Facultativas . . . . .	145
<b>CAPÍTULO XI</b>	
Obrigações Indivisíveis e Divisíveis . . . . .	146
11.1. Obrigações Indivisíveis . . . . .	146
11.2. Obrigações Divisíveis . . . . .	149
11.3. Pluralidade de Participantes . . . . .	150
11.3.1. Indivisibilidade da prestação em relação a vários credores . . . . .	151
11.4. Conversão da Obrigação Indivisível em Divisível . . . . .	152
<b>CAPÍTULO XII</b>	
Obrigações Solidárias . . . . .	153
12.1. Obrigações Solidárias . . . . .	153
12.2. Solidariedade Ativa . . . . .	156

12.3.	Solidariedade Passiva . . . . .	161
12.3.1.	Mora na solidariedade passiva . . . . .	164
12.4.	Na Fiança Não Há Solidariedade . . . . .	165
12.5.	Oposição de Exceções Comuns e Exclusivas pelo Devedor Solidário. . . . .	166
12.6.	Rateio entre os Devedores Solidários . . . . .	167
12.7.	Impossibilidade da Obrigação Solidária . . . . .	168
12.8.	Extinção da Obrigação Solidária . . . . .	169

### CAPÍTULO XIII

Transmissão das Obrigações . . . . .	171	
13.1.	Transmissão de Créditos e Dívidas . . . . .	171
13.2.	Cessão de Crédito . . . . .	172
13.2.1.	Forma da cessão de crédito . . . . .	176
13.2.2.	Notificação do devedor . . . . .	177
13.2.3.	Oposição de exceções pelo devedor em virtude da cessão . . . . .	178
13.2.4.	Cessões legais de crédito . . . . .	179
13.2.5.	Responsabilidades do credor cedente . . . . .	180
13.2.6.	Créditos intransmissíveis . . . . .	181
13.2.7.	Pluralidade de cessões de crédito . . . . .	183
13.3.	Assunção de Dívida . . . . .	183
13.3.1.	Consentimento do credor como fator de eficácia da assunção de dívida . . . . .	186
13.3.2.	Assunção de adimplemento . . . . .	188
13.4.	Cessão de Contrato . . . . .	188

### CAPÍTULO XIV

Adimplemento . . . . .	190	
14.1.	Concepção do Adimplemento . . . . .	190
14.2.	Legitimação Ativa (Quem Deve ou Pode Adimplir) . . . . .	193
14.3.	Legitimação Passiva (A Quem Se Deve Adimplir). . . . .	195
14.4.	Objeto do Adimplemento . . . . .	198
14.4.1.	Dívidas de dinheiro e dívidas de valor . . . . .	199
14.4.2.	A correção monetária do valor da prestação. . . . .	201
14.4.3.	Índices e parâmetros de atualização monetária . . . . .	203
14.4.4.	Proibições e limitações de índices de correção monetária. . . . .	204
14.4.5.	Correção monetária excessiva como cláusula abusiva. . . . .	205
14.4.6.	Revisão da prestação por motivos imprevisíveis supervenientes . . . . .	206
14.5.	Prova do Adimplemento. Quitação . . . . .	209
14.6.	Lugar do Adimplemento . . . . .	213

14.7.	Tempo do Adimplemento. Prazo de Graça .....	216
14.8.	Adimplemento Substancial .....	219
<b>CAPÍTULO XV</b>		
	<b>Modos Eventuais de Adimplemento .....</b>	<b>224</b>
15.1.	A Razão de Serem Modos Eventuais .....	224
15.2.	Consignação em Adimplemento .....	224
15.3.	Adimplemento com Sub-rogação .....	230
15.4.	Imputação do Adimplemento .....	234
15.5.	Dação em Adimplemento .....	236
15.6.	Compensação .....	239
	15.6.1. Efeitos da causa do negócio jurídico na compensação .....	244
	15.6.2. Hipóteses de exclusão da compensação .....	246
15.7.	Confusão .....	247
15.8.	Novação .....	249
15.9.	Remissão de Dívida .....	254
<b>CAPÍTULO XVI</b>		
	<b>Inadimplemento das Obrigações .....</b>	<b>258</b>
16.1.	Inadimplemento em Geral .....	258
	16.1.1. Culpa ou dolo no inadimplemento .....	261
	16.1.2. Caso fortuito e força maior .....	263
16.2.	Mora .....	264
	16.2.1. Mora do devedor .....	266
	16.2.2. Mora do credor .....	268
	16.2.3. Purgação da mora .....	271
16.3.	Impossibilidade do Adimplemento Não Imputável ao Devedor .....	272
16.4.	Perdas e Danos pelo Inadimplemento .....	274
16.5.	Juros Legais .....	281
16.6.	Arras e Direito de Arrependimento .....	288
16.7.	Violação Positiva da Obrigação .....	292
16.8.	Inadimplemento Antecipado .....	294
<b>CAPÍTULO XVII</b>		
	<b>Cláusula Penal .....</b>	<b>296</b>
17.1.	Características .....	296
17.2.	Funções da Cláusula Penal .....	297
17.3.	Limites Legais da Cláusula Penal .....	301
17.4.	Redução Judicial e Aplicação da Equidade .....	303

**CAPÍTULO XVIII**

<b>Atos Unilaterais</b> .....	<b>307</b>
18.1. Atos Unilaterais .....	307
18.2. Promessa de Recompensa .....	307
18.3. Concurso de Direito Privado .....	311
18.4. Gestão de Negócios Alheios .....	313
18.5. Enriquecimento sem Causa .....	316
18.6. Pagamento Indevido .....	319

**CAPÍTULO XIX**

<b>Responsabilidade Civil em Geral</b> .....	<b>323</b>
19.1. Dimensões da Responsabilidade em Geral .....	323
19.2. A Responsabilidade no Direito .....	325
19.3. Noção de Responsabilidade Civil .....	327
19.4. Evolução da Responsabilidade Civil .....	329
19.5. Fundamentos da Responsabilidade Civil .....	331
19.6. Responsabilidade Civil Preventiva .....	332
19.7. Pressupostos Gerais da Responsabilidade Civil por Dano .....	335
19.8. Relativização e Perspectivas dos Pressupostos da Responsabilidade Civil	337
19.9. Responsabilidade Negocial e Responsabilidade Extranegocial .....	340
19.10. Principais Espécies de Responsabilidade Civil .....	342
19.11. Responsabilidade Civil Subjetiva (ou com Culpa) .....	343
19.12. Responsabilidade Civil Transubjetiva .....	346
19.13. Responsabilidade Civil Objetiva .....	347
19.14. Responsabilidade Civil sem Dano .....	349
19.15. Pré-Exclusão de Ilícitude e Responsabilidade Civil .....	349
19.16. Dano em Geral .....	350
19.17. Espécies de Danos .....	352
19.18. Dano Material .....	353
19.19. Dano Moral .....	354
19.20. Dano Estético .....	359
19.21. Dano Existencial .....	360
19.22. Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas .....	361
19.23. Responsabilidade por Cobrança de Dívida Não Vencida ou Já Paga ..	362
19.24. Responsabilidade Pré-Contratual e Pós-Contratual .....	363

**CAPÍTULO XX**

<b>Reparação Civil</b> .....	<b>365</b>
20.1. Dever de Reparação do Dano .....	365
20.2. Direito à Reparação .....	366

20.3.	Espécies de Reparação . . . . .	367
20.4.	Abrangência da Reparação . . . . .	368
20.5.	Reparação Compensatória do Dano Moral . . . . .	369
20.6.	Reparação Punitiva . . . . .	371
20.7.	Reparação por Fato do Homem. . . . .	373
20.8.	Reparação pelo Fato do Animal. . . . .	376
20.9.	Reparação pelo Fato da Coisa . . . . .	377
20.10.	Reparação Civil Derivada da Condenação Criminal. . . . .	379
20.11.	Reparações Específicas . . . . .	380
20.12.	Liquidação. . . . .	381
	<b>Bibliografia . . . . .</b>	<b>383</b>

Paulo Lôbo

# Direito Civil

*Coisas*

volume 4

8ª edição •

2023

saraiva  jur

obra completa 978-85-536-0772-3

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
WAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410**

L799d Lóbo, Paulo

Direito Civil: Coisas – v. 4 / Paulo Lóbo. – 8. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2023.  
368 p.

ISBN 978-65-5362-826-7 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Civil. I. Título.

2022-2967

CDD 347  
CDU 347

<b>Diretoria executiva</b>	Flávia Alves Bravin
<b>Diretoria editorial</b>	Ana Paula Santos Matos
<b>Gerência de produção e projetos</b>	Fernando Perfeado
<b>Novos projetos</b>	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
<b>Edição</b>	Jeferson Costa da Silva (coord.) Estevão Bula Gonçalves
<b>Design e Produção</b>	Daniele Debora de Souza (coord.) Flávio Teixeira Quarazemin Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Lais Soriano Tiago Dela Rosa
<b>Planejamento e projetos</b>	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
<b>Diagramação</b>	Claudirene de Moura Santos Silva
<b>Revisão</b>	Cecilia Deus
<b>Capa</b>	Deborah Mattos
<b>Adaptação de capa</b>	Lais Soriano
<b>Produção gráfica</b>	Martli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
<b>Impressão e acabamento</b>	Gráfica Paym

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito Civil 347
2. Direito Civil 347

17 17791

**Data de fechamento da edição: 12-10-2022**Dúvidas? Acesse [www.saraivaeducacao.com.br](http://www.saraivaeducacao.com.br)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/96 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COD. OBRA	15795	CL	808073	CAE	818277
-----------	-------	----	--------	-----	--------

# SUMÁRIO

---

Apresentação . . . . .	13
<b>CAPÍTULO I</b>	
Concepção, Evolução e Âmbito do Direito das Coisas . . . . .	15
1.1. Objeto do Direito das Coisas. . . . .	15
1.1.1. Os animais são coisas? . . . . .	18
1.2. Um Pouco de História da Posse e da Propriedade no Brasil. . . . .	20
1.3. Quando Pessoas Humanas Foram Consideradas Coisas . . . . .	26
1.4. Origens da Propriedade Moderna . . . . .	28
1.4.1. Propriedade Moderna e Direito Romano. . . . .	32
1.4.2. A Propriedade na Contemporaneidade . . . . .	33
1.5. Patrimônio e Direito das Coisas . . . . .	35
1.5.1. Patrimônio de Afetação . . . . .	37
1.6. Interações do Direito das Coisas com Outras Partes do Direito Civil .	39
1.7. Classificação, <i>Numerus Clausus</i> e Tipicidade dos Direitos Reais . . . . .	40
1.8. Direitos Intelectuais . . . . .	43
1.9. Relação Jurídica Real. . . . .	46
1.10. Obrigações Próximas à Relação Jurídica Real . . . . .	47
<b>CAPÍTULO II</b>	
Posse no Direito Brasileiro . . . . .	49
2.1. Demarcação do Fenômeno . . . . .	49
2.2. <i>Animus</i> ou <i>Corpus</i> : A Persistente Disputa de Predomínio . . . . .	51
2.3. Por Que a Posse é Protegida pelo Direito? . . . . .	53
2.4. Modelo Legal Brasileiro de Posse. . . . .	54
2.5. O Modo de Aquisição da Posse Determina sua Natureza . . . . .	57
2.6. Titular de Posse e Detentor . . . . .	59
2.7. Posse Autônoma . . . . .	60

2.8.	Direito à Posse . . . . .	62
2.9.	Posse em Confronto com a Propriedade . . . . .	64
2.10.	Composse . . . . .	65
2.11.	Concepções Legais Brasileiras da Posse . . . . .	66

### **CAPÍTULO III**

<b>Efeitos Jurídicos da Posse . . . . .</b>	<b>69</b>	
3.1.	Aquisição da Posse. . . . .	69
3.2.	Classificação da Posse . . . . .	73
3.3.	Posse Justa e Posse Injusta . . . . .	74
3.3.1.	Violência . . . . .	75
3.3.2.	Clandestinidade. . . . .	77
3.3.3.	Precariedade . . . . .	78
3.4.	Posse Direta e Posse Indireta . . . . .	78
3.5.	Posse de Boa-Fé e de Má-Fé. . . . .	81
3.6.	Efeitos da Posse de Boa-Fé ou de Má-Fé . . . . .	83
3.7.	Proteção Possessória. . . . .	87
3.8.	Proteção Possessória das Servidões. . . . .	92
3.9.	Perda da Posse . . . . .	93

### **CAPÍTULO IV**

<b>Propriedade . . . . .</b>	<b>95</b>	
4.1.	Propriedade, Domínio e Direito à Propriedade . . . . .	95
4.2.	Conteúdo e Abrangência do Direito de Propriedade . . . . .	98
4.3.	Abuso do Direito de Propriedade. . . . .	101
4.4.	Garantia Constitucional da Propriedade . . . . .	102
4.5.	Constitucionalismo Social e Propriedade. . . . .	103
4.6.	Fontes Constitucionais da Propriedade ou das Propriedades . . . . .	107
4.7.	Titularidades Comunitárias de Grupos Étnicos . . . . .	108
4.8.	Propriedade e Meio Ambiente . . . . .	112
4.9.	Direito de Acesso aos Bens Comuns . . . . .	119

### **CAPÍTULO V**

<b>Função Social da Propriedade . . . . .</b>	<b>123</b>	
5.1.	Contornos da Função Social da Propriedade e da Posse. . . . .	123
5.2.	Função Social como Ruptura do Modelo Moderno de Propriedade . . . . .	127
5.3.	A Progressiva Inserção da Função Social nas Constituições Brasileiras . . . . .	128
5.4.	A Função Social Não Significa Limite Externo da Propriedade . . . . .	130
5.5.	Função Social e Interpretação das Normas Infraconstitucionais . . . . .	132
5.6.	Função Social da Posse . . . . .	134

5.7.	Inter-Relação com os Princípios da Justiça Social e da Solidariedade. .	136
------	---	-----

## **CAPÍTULO VI**

<b>Aquisição da Propriedade Imóvel . . . . .</b>	<b>138</b>
--	------------

6.1.	Imóvel . . . . .	138
6.2.	Aquisição Originária e Derivada da Propriedade. . . . .	139
6.3.	Usucapião em Geral . . . . .	140
6.4.	Usucapião Extrajudicial. . . . .	143
6.5.	Usucapião Extraordinária e Ordinária. . . . .	145
6.6.	Usucapião Especial Urbana: Individual ou Coletiva . . . . .	148
6.7.	Usucapião entre Cônjuges ou Companheiros . . . . .	151
6.8.	Usucapião Especial Indígena. . . . .	153
6.9.	Usucapião por Conversão da Natureza da Posse . . . . .	154
6.10.	Aquisição por Acesso . . . . .	155
6.11.	Aquisição por Acesso Natural . . . . .	156
6.12.	Aquisição por Acesso Industrial: Construções e Plantações . . . . .	160
6.13.	Aquisição por Acesso Invertida de Áreas Ocupadas. . . . .	164
6.14.	Aquisição pelo Registro Público do Título . . . . .	168

## **CAPÍTULO VII**

<b>Aquisição da Propriedade Móvel e Descoberta de Coisa Alheia Perdida</b>	<b>173</b>
--	------------

7.1.	Modalidades Legais . . . . .	173
7.2.	Usucapião . . . . .	174
7.3.	Ocupação . . . . .	176
7.4.	Achado do Tesouro . . . . .	178
7.5.	Tradição . . . . .	179
7.6.	Especificação. . . . .	183
7.7.	Confusão, Comistão, Adjunção. . . . .	185
7.8.	Descoberta de Coisa Alheia Perdida . . . . .	187

## **CAPÍTULO VIII**

<b>Perda, Extinção e Resolução da Propriedade . . . . .</b>	<b>190</b>
---	------------

8.1.	Espécies de Extinção ou Perda da Propriedade . . . . .	190
8.2.	Alienação. . . . .	192
8.3.	Renúncia . . . . .	193
8.4.	Abandono . . . . .	195
8.5.	Perecimento da Coisa . . . . .	199
8.6.	Perda pela Desapropriação. . . . .	200
8.7.	Propriedade Resolúvel . . . . .	205

**CAPÍTULO IX**

<b>Direitos de Vizinhança e Direito de Construir</b> . . . . .	<b>207</b>
9.1. Conteúdo e Abrangência . . . . .	207
9.2. Uso Anormal da Propriedade . . . . .	209
9.3. Árvores Limítrofes. . . . .	214
9.4. Passagem Forçada . . . . .	216
9.5. Passagem de Cabos e Tubulações. . . . .	218
9.6. Águas e Vizinhança. . . . .	219
9.7. Limites entre Prédios e Direito de Cercar ou Murar . . . . .	223
9.8. Direito de Construir . . . . .	225
9.8.1. Garantia de Segurança e Solidez da Construção . . . . .	233

**CAPÍTULO X**

<b>Condomínio Geral</b> . . . . .	<b>236</b>
10.1. Conceito e Espécies . . . . .	236
10.2. Administração do Condomínio. . . . .	239
10.3. Direitos e Deveres dos Condôminos . . . . .	240
10.4. Condomínio Necessário . . . . .	244
10.5. Direito de Preferência na Alienação da Parte Ideal de Coisa Indivisível . . . . .	245
10.6. Divisão e Extinção do Condomínio . . . . .	248

**CAPÍTULO XI**

<b>Condomínios Especiais</b> . . . . .	<b>250</b>
11.1. Condomínio Edifício. . . . .	250
11.1.1. Condomínio de Fato. . . . .	254
11.2. O Condomínio Edifício como Sujeito de Direitos. . . . .	255
11.3. Convenção do Condomínio . . . . .	256
11.4. Assembleia dos Condôminos . . . . .	259
11.5. Gestão do Condomínio . . . . .	263
11.5.1. Responsabilidade Civil do Condomínio . . . . .	266
11.5.2. Responsabilidade do Construtor pela Segurança da Obra . . . . .	267
11.6. Contribuição Condominial. . . . .	268
11.7. Direitos e Deveres dos Condôminos . . . . .	271
11.8. Extinção do Condomínio Edifício. . . . .	278
11.9. Condomínio de Lotes . . . . .	279
11.10. Condomínio Urbano Simples . . . . .	280
11.11. Condomínio em Multipropriedade . . . . .	281
11.12. Condomínio em Fundo de Investimento. . . . .	284

<b>CAPÍTULO XII</b>	
<b>Direitos Reais Limitados</b> . . . . .	<b>287</b>
12.1. Conceito, Conteúdo, Espécies e Aquisição . . . . .	287
12.2. Direito Real de Superfície . . . . .	290
12.3. Servidões . . . . .	294
12.3.1. Constituição da Servidão. . . . .	296
12.3.2. Espécies de Servidões. . . . .	297
12.3.3. Exercício da Servidão. . . . .	299
12.3.4. Extinção da Servidão. . . . .	301
12.4. Usufruto . . . . .	302
12.4.1. Constituição do Usufruto . . . . .	303
12.4.2. Usufruto Legal . . . . .	304
12.4.3. Distinções, Espécies, Abrangência do Usufruto. . . . .	305
12.4.4. Direitos e Deveres no Usufruto . . . . .	307
12.4.5. Extinção do Usufruto . . . . .	311
12.5. Direito Real de Uso. . . . .	313
12.6. Direito Real de Habitação . . . . .	315
12.7. Direito do Promitente Comprador do Imóvel . . . . .	317
12.8. Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia e Concessão de Direito Real de Uso. . . . .	323
12.9. Direito Real de Laje. . . . .	325
<b>CAPÍTULO XIII</b>	
<b>Direitos Reais de Garantia</b> . . . . .	<b>328</b>
13.1. Conceito e Espécies de Garantia Real . . . . .	328
13.2. Características Comuns dos Direitos Reais de Garantia . . . . .	330
13.3. Hipoteca . . . . .	334
13.3.1. Constituição da Hipoteca. Direitos e Deveres . . . . .	335
13.3.2. Hipotecas Sucessivas . . . . .	338
13.3.3. Hipotecas Legais . . . . .	339
13.3.4. Extinção da Hipoteca . . . . .	340
13.4. Penhor. . . . .	341
13.4.1. Direitos e Deveres . . . . .	342
13.4.2. Extinção . . . . .	343
13.4.3. Penhor Legal . . . . .	344
13.4.4. Penhores Especiais. . . . .	345
13.5. Anticrese . . . . .	348
13.6. Propriedade Fiduciária em Garantia . . . . .	351
<b>Bibliografia</b> . . . . .	<b>359</b>

Paulo Lôbo

# Direito Civil

*Famílias*

volume 5

8ª edição  
2ª tiragem

2018

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-2269-7

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Lôbo, Paulo

Direito civil : volume 5 : famílias / Paulo Lôbo. – 8. ed. –  
São Paulo : Saraiva Educação, 2018.1. Direito civil – Brasil 2. Direito de família – Brasil 3.  
Direito de família – Jurisprudência – Brasil 4. Direito de família  
– Legislação – Brasil I. Título.

17-1232

CDU 347.6(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito de família : Direito civil 347.6(81)

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
**SAC** | 0800-0117875  
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h  
[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

**Vice-presidente** Claudio Lensing  
**Diretora editorial** Flávia Alves Bravin

**Conselho editorial**  
**Consultor acadêmico** Murilo Angeli Dias dos Santos

**Gerência**  
**Planejamento e novos projetos** Renata Pascual Müller  
**Editorial** Roberto Navarro

**Edição** Daniel Pavani Naveira

**Produção editorial** Ana Cristina Garcia (coord.)  
Luciana Cordeiro Shirakawa  
Rosana Peroni Fazolan

**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
Claudirene de Moura Santos Silva  
Guilherme H. M. Salvador  
Tiago Dela Rosa  
Verônica Pivisan Reis

**Planejamento e processos** Clarissa Boraschi Maria (coord.)  
Juliana Bojczuk Fermino  
Kelli Priscila Pinto  
Maíllia Cordeiro  
Fernando Penteado  
Tatiana dos Santos Romão

**Novos projetos** Laura Paraíso Buldinni Filogônio

**Diagramação e revisão** Markelangeo Design e Projetos Editoriais

**Comunicação e MKT** Carolina Bastos

Elaine Cristina da Silva

Casa de Ideias / Daniel Rampazzo

**Capa**

**Produção gráfica** Marii Rampim

**Impressão e acabamento** Edições Loyola

Data de fechamento da edição: 1º-12-2017

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por  
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora  
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido  
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604476 CAE 623575

11257

# SUMÁRIO

---

## CAPÍTULO I

Família Brasileira: Origens, Repersonalização e Constitucionalização . . .	15
1.1. Introdução . . . . .	15
1.2. Função Atual da Família. Sua Evolução e Perspectivas. . . . .	16
1.3. Perfil Demográfico da Família Contemporânea. . . . .	18
1.4. Repersonalização das Relações de Família . . . . .	19
1.5. Socioafetividade e Multiparentalidade. . . . .	25
1.6. Constitucionalização das Famílias e de Seus Fundamentos Jurídicos . . .	30

## CAPÍTULO II

Direito de Família . . . . .	35
2.1. Conteúdo e Abrangência . . . . .	35
2.2. Direitos da Criança, do Idoso e da Pessoa com Deficiência . . . . .	37
2.3. Evolução do Direito de Família Brasileiro . . . . .	39
2.4. Direito Público ou Privado? . . . . .	43
2.5. Tipos de Famílias Segundo os Fins Legais . . . . .	45
2.6. Interação com o Direito das Sucessões . . . . .	46
2.7. Interferências dos Outros Ramos do Direito Civil. . . . .	47
2.8. Tutela da Privacidade e a Mediação Familiar . . . . .	48
2.9. Direito de Família Intertemporal . . . . .	50

## CAPÍTULO III

Princípios do Direito de Família . . . . .	54
3.1. Princípios Aplicáveis ao Direito de Família . . . . .	54
3.2. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e Família . . . . .	55
3.3. Princípio da Solidariedade Familiar. . . . .	57
3.4. Princípio da Igualdade Familiar e Direito à Diferença. . . . .	60
3.4.1. Direito das mulheres e (direito a) diferença entre os gêneros. . .	62
3.4.2. Emancipação progressiva da mulher na legislação brasileira . . .	64

3.5.	Princípio da Liberdade Familiar . . . . .	66
3.6.	Princípio da Responsabilidade Familiar (e da Pluralidade) . . . . .	67
3.7.	Princípio da Afetividade . . . . .	70
3.8.	Princípio da Convivência Familiar . . . . .	73
3.9.	Princípio do Melhor Interesse da Criança . . . . .	75

## CAPÍTULO IV

Entidades Familiares . . . . .		78
4.1.	Pluralismo das Entidades Familiares e dos Âmbitos da Família . . . . .	78
4.2.	Da Demarcação Jurídico-Constitucional das Entidades Familiares . . . . .	80
4.3.	Das Normas Constitucionais de Inclusão . . . . .	82
4.4.	Do Melhor Interesse das Pessoas Humanas que Integram as Entidades Familiares . . . . .	83
4.5.	Família Monoparental. . . . .	84
4.6.	União Homoafetiva . . . . .	86
4.7.	Famílias Recompostas. . . . .	89

## CAPÍTULO V

Casamento . . . . .		93
5.1.	Validade e Eficácia do Casamento. . . . .	93
5.2.	Casamento Religioso. . . . .	96
5.3.	A Idade Núbil ou a Capacidade para Casar. . . . .	98
5.4.	Impedimentos Matrimoniais em Geral . . . . .	100
5.5.	Tipos de Impedimentos Matrimoniais . . . . .	103
5.6.	Causas Suspensivas do Casamento . . . . .	105
5.7.	Habilitação para o Casamento . . . . .	106
5.8.	Celebração e Registro do Casamento . . . . .	108
5.9.	Casamentos em Situações Extremas . . . . .	112
5.10.	Prova do Casamento e Posse do Estado de Casado . . . . .	113
5.11.	Casamento no Estrangeiro . . . . .	114

## CAPÍTULO VI

Invalidade do Casamento . . . . .		116
6.1.	Peculiaridades e Espécies de Invalidade do Casamento . . . . .	116
6.2.	Nulidade do Casamento . . . . .	117
6.3.	Anulabilidade do Casamento . . . . .	120
6.4.	Erro Essencial sobre a Pessoa do Outro Cônjuge. . . . .	124
6.5.	Prazos Decadenciais para Anulação do Casamento . . . . .	126
6.6.	Casamento Putativo . . . . .	128

## CAPÍTULO VII

Eficácia do Casamento. . . . .	130
7.1. Plano da Eficácia e Direção da Sociedade Conjugal. . . . .	130
7.2. Alteração ou Adoção de Nome com o Casamento. . . . .	132
7.3. Deveres Comuns e Igualdade Conjugal. . . . .	133
7.4. Dever de Fidelidade Recíproca . . . . .	135
7.5. Dever de Respeito e Consideração Mútuos . . . . .	136
7.6. Dever de Vida em Comum, no Domicílio Conjugal. . . . .	137
7.7. Dever de Mútua Assistência . . . . .	138
7.8. Dever de Sustento, Guarda e Educação dos Filhos . . . . .	138
7.9. Descumprimento dos Deveres Conjugais . . . . .	140

## CAPÍTULO VIII

Divórcio . . . . .	141
8.1. O Divórcio, Seus Antecedentes e a Mudança Constitucional . . . . .	141
8.2. Extinção da Separação Judicial e de Causas ou Prazos para o Divórcio . . . . .	143
8.3. Tipos de Divórcio no Direito Brasileiro Atual. . . . .	146
8.4. Critérios Comuns aos Divórcios Judiciais . . . . .	148
8.5. Divórcio Consensual Extrajudicial . . . . .	150
8.6. Efeitos do Divórcio. . . . .	152
8.7. Desconsideração da Personalidade Jurídica em Razão do Divórcio . . . . .	153
8.8. Efeitos Essenciais do Divórcio. . . . .	155
8.9. Situação dos Separados Judicialmente e Ainda Não Divorciados. . . . .	156
8.10. Normas Revogadas do Código Civil e da Lei de Introdução . . . . .	157
8.11. Separação de Corpos e Separação de Fato . . . . .	159

## CAPÍTULO IX

União Estável . . . . .	162
9.1. Da Desconsideração Legal a <i>Status</i> Constitucional. Características . . . . .	162
9.2. Requisitos, Natureza e Validade da Relação Jurídica . . . . .	166
9.3. Distinção e Conversão do Namoro em União Estável. . . . .	169
9.4. Quando se Inicia a União Estável . . . . .	170
9.5. Direitos e Deveres. . . . .	172
9.6. Regime de Bens . . . . .	174
9.7. Conversão da União Estável em Casamento . . . . .	177
9.8. Extinção da União Estável . . . . .	180
9.9. União Estáveis Paralelas. . . . .	181
9.10. União Estáveis Putativas . . . . .	184
9.11. União Estável Concubinária . . . . .	185

**CAPÍTULO X**

Direito à Convivência e Proteção dos Filhos . . . . .	188
10.1. Proteção dos Filhos como Direito à Convivência . . . . .	188
10.2. Direito à Convivência do Filho de Pais Separados . . . . .	189
10.3. Direito à Convivência Compartilhada . . . . .	191
10.4. Guarda Unilateral . . . . .	197
10.5. Direito de Visita na Guarda Unilateral . . . . .	200
10.6. Alienação Parental . . . . .	202

**CAPÍTULO XI**

Relações de Parentesco . . . . .	205
11.1. Parentesco no Direito Brasileiro . . . . .	205
11.2. Origens e Modalidades do Parentesco . . . . .	206
11.3. Parentesco em Linha Reta . . . . .	207
11.4. Parentesco Colateral . . . . .	209
11.5. Graus de Parentesco e sua Contagem . . . . .	210
11.6. Parentesco por Afinidade . . . . .	212

**CAPÍTULO XII**

Direito de Filiação . . . . .	215
12.1. Conceito de Filiação . . . . .	215
12.2. Igualdade da Filiação . . . . .	216
12.3. Direito ao Planejamento Familiar . . . . .	217
12.4. Modos e Presunções Legais de Concepção dos Filhos . . . . .	218
12.5. Inseminação Artificial Homóloga e o Problema da Gestação por Substitui�o . . . . .	221
12.6. Inseminação Artificial Heteróloga . . . . .	225
12.7. As Presunções de Filiação na União Estável . . . . .	227
12.8. Filiação Socioafetiva, Origem Genética e Parto An�nimo . . . . .	228
12.9. Prova da Filiação . . . . .	232
12.10. Validade e Eficácia do Registro de Nascimento . . . . .	234
12.11. Posse de Estado de Filiação . . . . .	236
12.12. Legitimidade para a Prova Judicial da Filiação . . . . .	238
12.13. Multiparentalidade e Filiação . . . . .	239

**CAPÍTULO XIII**

D�vidas e Impugna�o da Filiação . . . . .	246
13.1. Novas N�pcias da Mulher . . . . .	246
13.2. Impotência para Gerar . . . . .	248

13.3.	Presunção de Paternidade e o Adultério da Mãe .....	249
13.4.	Impugnação da Paternidade pelo Marido da Mãe .....	250
13.5.	Reconfiguração da Presunção <i>Pater Is Est</i> .....	253
13.6.	Impugnação da Maternidade pela Suposta Mãe .....	254
13.7.	“Adoção à Brasileira” .....	256

## CAPÍTULO XIV

Reconhecimento de Filho .....	259	
14.1.	Direito ao Reconhecimento Voluntário de Filho .....	259
14.2.	Mudança de Natureza do Reconhecimento de Filho .....	261
14.3.	Modalidades de Reconhecimento Voluntário .....	262
14.4.	Irrevogabilidade e Incondicionalidade do Reconhecimento .....	266
14.5.	Direito do Filho a Residir com o Genitor que o Reconheceu .....	267
14.6.	Guarda do Filho Reconhecido .....	268
14.7.	Investigação da Paternidade e da Maternidade .....	269
14.8.	Consentimento e Impugnação do Reconhecimento pelo Filho .....	272

## CAPÍTULO XV

Adoção .....	276	
15.1.	Características, Evolução e Fundamentos Constitucionais .....	276
15.2.	Legitimados a Adotar .....	280
15.3.	Estágio de Convivência .....	282
15.4.	Consentimento para Adoção e Hipóteses de Sua Dispensa. Entrega pela Gestante para Adoção .....	283
15.5.	Adoção por Duas Pessoas .....	286
15.6.	Adoção de Maiores de 18 Anos .....	287
15.7.	Requisitos do Processo Judicial e do Benefício do Adotando .....	288
15.8.	Efeitos da Adoção .....	290
15.9.	Adoção Internacional .....	294

## CAPÍTULO XVI

Autoridade Parental .....	297	
16.1.	Transformação do Pátrio Poder na Autoridade Parental .....	297
16.2.	Compatibilidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente .....	300
16.3.	Os Pais como Únicos Titulares da Autoridade Parental .....	301
16.4.	Titularidade da Autoridade Parental pelos Pais Separados .....	302
16.5.	Exercício da Autoridade Parental .....	303
16.6.	Suspensão e Extinção da Autoridade Parental .....	306
16.7.	Perda da Autoridade Parental .....	308

16.8. Abandono Afetivo do Filho . . . . .	311
16.9. Responsabilidade Civil dos Pais . . . . .	314
16.10. Representação, Assistência e Curatela dos Filhos . . . . .	316
16.11. Administração e Usufruto dos Bens dos Filhos . . . . .	317
<b>CAPÍTULO XVII</b>	
<b>Regime Matrimonial de Bens . . . . .</b>	<b>321</b>
17.1. Liberdade de Convenção e Mudança de Regime . . . . .	321
17.2. Regime Legal Dispositivo . . . . .	325
17.3. Regime Legal Obrigatório . . . . .	326
17.4. Efeitos Comuns entre os Cônjuges, em Qualquer Regime de Bens . . . . .	330
17.5. Atos Proibidos ao Cônjuge sem Autorização do Outro . . . . .	333
17.6. Responsabilidade Civil do Cônjuge pela Má Gestão dos Bens Comuns e Privativos . . . . .	337
17.7. Pacto Antenupcial . . . . .	339
17.8. Regime de Bens no Casamento com Estrangeiro . . . . .	344
17.9. Direito Intertemporal . . . . .	344
<b>CAPÍTULO XVIII</b>	
<b>Regime de Comunhão Parcial . . . . .</b>	<b>347</b>
18.1. Bens Comuns e Bens Particulares . . . . .	347
18.2. Bens que Entram na Comunhão . . . . .	348
18.3. Bens, Valores e Obrigações Excluídos da Comunhão . . . . .	349
18.4. Exclusão por Causa de Aquisição Anterior ao Casamento . . . . .	352
18.5. Bens Móveis . . . . .	353
18.6. Administração dos Bens Comuns e Responsabilidade pelas Dívidas . . . . .	354
18.7. Administração dos Bens Particulares e Dívidas Respectivas . . . . .	356
<b>CAPÍTULO XIX</b>	
<b>Regimes Matrimoniais de Bens Facultativos . . . . .</b>	<b>357</b>
19.1. Regime de Comunhão Universal . . . . .	357
19.2. Regime de Separação de Bens . . . . .	361
19.3. Regime de Participação Final nos Aquestos . . . . .	364
19.3.1. Patrimônio próprio de cada cônjuge . . . . .	366
19.3.2. Partilha dos aquestos e o modo de cálculo . . . . .	367
19.3.3. Dívidas dos cônjuges . . . . .	371
19.3.4. Presunções de titularidades dos aquestos . . . . .	373
19.3.5. Outros efeitos do regime . . . . .	374

**CAPÍTULO XX**

<b>Alimentos</b> .....	<b>376</b>
20.1. Natureza, Características e Fundamentos .....	376
20.2. Requisitos de Necessidade, Possibilidade e Razoabilidade .....	381
20.3. Obrigação Solidária ou Subsidiária? .....	383
20.4. Titulares dos Alimentos ou Alimentandos .....	385
20.5. Devedores dos Alimentos ou Alimentantes .....	389
20.6. O Fator Culpa na Atribuição dos Alimentos .....	391
20.7. Fixação dos Alimentos .....	392
20.8. Atualização e Revisão dos Alimentos .....	395
20.9. Extinção .....	396
20.10. Prisão Civil do Devedor .....	399
20.11. Compensação Econômica (Alimentos Compensatórios) .....	401

**CAPÍTULO XXI**

<b>Bem de Família</b> .....	<b>405</b>
21.1. Conceito, Evolução e Tipos .....	405
21.2. Objeto do Bem de Família Legal .....	407
21.3. Bens e Dívidas Excluídos do Bem de Família Legal .....	410
21.4. Beneficiários do Bem de Família Legal .....	411
21.5. Fraude Contra Credores e Desconsideração da Pessoa Jurídica .....	412
21.6. Instituição de Bem de Família Voluntário .....	413
21.7. Objeto do Bem de Família Voluntário .....	415
21.8. Beneficiários do Bem de Família Voluntário .....	417
21.9. Exclusões da Impenhorabilidade e Proibições .....	418
21.10. Extinção do Bem de Família Voluntário .....	419

**CAPÍTULO XXII**

<b>Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada</b> .....	<b>421</b>
22.1. Finalidades e Distinções .....	421
22.2. Escolha e Nomeação do Tutor .....	422
22.3. Incapacidade de Exercício e Escusa da Tutela .....	424
22.4. Exercício da Tutela .....	427
22.5. Prestação de Contas pelo Tutor .....	429
22.6. Extinção da Tutela .....	430
22.7. Curatela .....	431
22.8. Tomada de Decisão Apoiada .....	436
<b>Bibliografia</b> .....	<b>439</b>